

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**FAORO, Raymundo** (Vacária, 1925 – Rio de Janeiro, 2003)

Raymundo Faoro nasceu em Vacária, pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul. Era filho dos agricultores e imigrantes italianos Atílio Faoro e Luisa D'Ambros. Ainda criança, mudou-se para a cidade de Caçador, Santa Catarina, onde iniciou os estudos e cursou o secundário no Colégio Aurora. Voltou ao seu estado natal para estudar na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), formando-se em Direito em 1948. Nesse período, foi um dos cofundadores da Revista *Quixote*. No começo da década de 1950, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como advogado e, em 1963, por meio de concurso público, tornou-se procurador estadual, cargo no qual se aposentaria anos mais tarde. Autor de poucas obras, Raymundo Faoro lançou o seu primeiro e mais importante livro, *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*, em 1958, pela editora gaúcha Globo. Apesar de ter conquistado o Prêmio José Veríssimo, concedido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), o livro teve, no momento do lançamento, pouca repercussão, muito provavelmente pelo cenário político e intelectual daqueles anos, marcado pela difundida crença nacional-desenvolvimentista no protagonismo do Estado frente às questões econômicas e sociais, o que contrastava com as teses fundamentais de *Os donos do poder*, cuja interpretação buscava realçar o peso sufocante do Estado sobre a sociedade.

Os anos de 1970 assistiram a uma mudança significativa na recepção da obra de Faoro, então reconhecida como uma das mais importantes interpretações do Brasil. O cenário político autoritário, hegemônico pelos militares, contribuiu para esse súbito deslocamento, uma vez que *Os donos do poder* parecia ser capaz de dotar de inteligibilidade a ação das forças armadas, um dos setores que compõem o que Faoro chamou de estamento burocrático. Não apenas o contexto mudou, alterou-se também a própria estrutura da obra, reeditada em 1975 com significativas revisões, triplicando de tamanho — de 270 páginas passou para cerca de 750 —, incorporando notas — que passaram de 140 para 1335 — e citações — acrescentadas a partir de referências sociológicas alemãs consultadas diretamente no original, anteriormente acedidas em edições em espanhol — e acrescentando mais dois capítulos. Apesar da mudança na forma, Faoro afirma, no prefácio da



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

segunda edição, que as teses fundamentais continuavam as mesmas, adequando-as apenas ao estilo e às exigências atuais.

As décadas de 1970 e de 1980 foram as mais ativas na produção intelectual e na participação pública de Raymundo Faoro. Antes da reedição de *Os donos do poder*, em 1974, o jurista gaúcho publicou o seu segundo livro, *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*, no qual traçou um mapa político e social do Segundo Império a partir da obra machadiana. Em 1977 foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), função que desempenhou até 1979. Como presidente da OAB, Faoro ficou conhecido pela sua intensa participação na luta pela restauração do *habeas corpus*, nas campanhas pela anistia e pela revogação dos Atos Institucionais e na defesa pela convocação de uma assembleia constituinte. Este último foi tema do seu terceiro livro, *Assembleia Constituinte: A legitimidade recuperada*, publicado pela Brasilense, em 1981. Nessa época, tornou-se figura ativa no debate público sobre a redemocratização, a sua contribuição em jornais e revistas de grande circulação mostrou-se frequente e a sua colaboração mais constante se deu com as revistas *Época*, *Senhor* e *Carta Capital* e o *Jornal da República*, do qual foi um dos cofundadores. A sua casa tornou-se um importante ponto de encontro de personalidades dos diferentes espaços do espectro político, tais como Tancredo Neves e Luís Inácio Lula da Silva. Por este último foi convidado a candidatar-se a vice-presidente, convite que recusou. Apesar de não ser um acadêmico em sentido estrito, nutriu fortes relações com as universidades, participando em seminários e conferências, publicando artigos em revistas científicas e, inclusive, atuando como professor visitante, a exemplo das atividades desenvolvidas no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), em 1986. Nessa ocasião, concedeu a conferência *Existe um pensamento político brasileiro?*, que deu base para o seu quarto livro, publicado em 1994, com título homônimo. Assim como nas obras anteriores, em *Existe um pensamento político brasileiro?*, o tema do liberalismo e as relações históricas entre Brasil e Portugal foram fartamente abordados. Em interpretação que procurou desvendar os limites, as contradições e ambiguidades do liberalismo no Brasil, Faoro observou que, mesmo após a Independência, não houve uma ruptura com a cultura política ibérica e que o propalado liberalismo brasileiro era inorgânico, estatista e conservador, impondo sérios limites à modernização brasileira.

Profundo conhecedor da historiografia portuguesa, Faoro foi um atento leitor de autores como Alexandre Herculano (1810-1877), Oliveira Martins (1845-1894), Jaime Cortesão (1884-1960), João Lúcio de Azevedo (1855-1933), Antônio Sérgio (1883-1969), Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), entre outros. Com base nesses autores, adentrou em algumas das polêmicas mais importantes da historiografia portuguesa, como o debate sobre a existência ou não do feudalismo em Portugal, defendendo, assim como Herculano e Godinho, a incompatibilidade do modelo feudal com o mundo português, uma vez que, segundo o autor de *Os donos do poder*, não seria possível vislumbrar entre rei e vassalos uma camada de senhores dotados de autonomia



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

política. Acompanhando Antônio Sérgio e Jaime Cortesão, procurou desconstruir a ideia de que houve em Portugal uma espécie de monarquia agrária, nas palavras de Faoro: “Uma falsa observação pode sugerir que Portugal seria uma monarquia agrária, voltada para o comércio marítimo, dedicada à troca de seus excedentes rurais. A doutrina levaria, desenvolvendo-se coerentemente, a identificar na via marítima uma atividade periférica, alheia ao cerne do reino, mediante a impressão de que, a poucas léguas de Lisboa ou do Porto, cuidava a população do cultivo dos campos ou do pastoreio, sem nenhum vestígio de maresia. O país estaria precariamente unido, com a independência real de dois sistemas econômicos. Quando muito, a expansão ultramarina seria uma fugaz e temerária aventura, falsa revolução de superfície, sepultada nas ruínas do império mal digerido. ‘A atividade marítima’ — contesta Jaime Cortesão — ‘está não só nas raízes da nacionalidade, donde sobe como a seiva para o tronco, mas é como que a linha medular que dá vigor e unidade a toda a sua história.’” (R. Faoro, *Os donos do poder...*, 2001, p. 66).

Para Faoro, a história de Portugal ocupa uma indiscutível centralidade nos problemas políticos e sociais existentes no Brasil, compondo uma história de longa duração, que atravessa os seis séculos que separam o reinado de D. João I e o governo de Getúlio Vargas. A tese central de *Os donos do poder* é a de que a formação de um Estado absolutista precoce em Portugal abriu caminho para formação de um sistema patrimonialista, reforçado pela abertura marítima, que, por sua vez, contribuiria para desconstruir os traços de aristocracia feudal. Nesse contexto, não era a posse da terra que nobilitava, mas os cargos e postos da burocracia estatal, fazendo com que o estamento, inicialmente aristocrático, se burocratizasse. Constituindo-se em uma comunidade, o estamento burocrático agiu no sentido de preservação dos seus interesses particulares, o que reforçava a dimensão patrimonial do Estado português e, por correspondência histórica, brasileiro. Para Faoro, paradoxalmente, os mesmos elementos que permitiram a formação de um precoce capitalismo comercial em Portugal — um capitalismo politicamente orientado, no qual as atividades mercantis estavam subordinadas às necessidades estatais — inviabilizaram, séculos mais tarde, a formação de um capitalismo industrial, cuja autonomia das classes sociais frente ao Estado seria condição indispensável, o que contrastava com o arcaísmo da estrutura social portuguesa.

Os conceitos de patrimonialismo e de estamento burocrático, as raízes ibéricas dos vícios da cultura política brasileira e a visão da tendência histórica à centralização do poder no Brasil desde o período colonial são temas problemáticos e ainda muito caros à historiografia brasileira. Pesquisas sobre a burocracia no Império, como as elaboradas por José Murilo de Carvalho, observam que o quadro era mais fragmentado do que pareceu evidenciar Faoro. Uma série de autores, como Fernando Henrique Cardoso, pondera que houve certo exagero na afirmação de persistência da elite burocrático-estamental ao longo da história brasileira, a ponto de transformá-la em motor da história do país. Além disso, um dos principais questionamentos levantados pelos seus críticos deve-se à tese da existência de uma total autonomia do estamento-burocrático



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

e do Estado frente às classes sociais e aos interesses económicos.

Nos anos de 1990, a obra de Raymundo Faoro ganhou novos contornos políticos e intelectuais, sendo situada, a despeito da opinião do próprio autor, como base teórica das reformas neoliberais encaminhadas pelos governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso. Os seus conceitos de patrimonialismo e estamento burocrático passaram a ocupar um privilegiado espaço no debate público em torno dos temas da corrupção e das reformas do Estado. A vulgarização dos seus principais conceitos não foi acompanhada de uma sistemática análise da sua obra, ainda sendo poucos os estudos que tratam especificamente da interpretação faoriana. Os seus leitores, no entanto, apontam que a contribuição original que Faoro legou se deu em diversas dimensões, tais como: a ênfase na autonomia da esfera política; a apropriação inaugural de Max Weber no Brasil; o questionamento das teses que sustentavam a existência do feudalismo no Brasil e em Portugal. Em 2000 Faoro foi eleito, em votação unânime, para ocupar a cadeira número 6 da ABL, cuja posse, em virtude da sua frágil condição de saúde, foi por quatro vezes adiada, concretizando-se formalmente somente em setembro de 2002. Segundo o relato do seu filho, André Leal Faoro, na altura do seu falecimento Faoro estava trabalhando numa obra sobre militarismo. Morreu em 14 de maio de 2003 e foi sepultado no cemitério São João Batista, na zona sul do Rio de Janeiro. Na ocasião do enterro, o ministro da justiça Márcio Thomáz Bastos compareceu, representando o presidente Lula, de quem Faoro era amigo, e afirmou a sua importância para a construção da democracia brasileira.

**Bibliografia activa:** *Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1958; *Os donos do poder. Formação do patronato brasileiro*, 2ª ed. Rev. e Ampl., Rio de Janeiro, Globo; São Paulo, Edusp, 1975 (vol. 1 e 2); *Machado de Assis. A pirâmide e o trapézio*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974; *Assembleia Constituinte. A legitimidade recuperada*, São Paulo, Brasiliense, 1981; *Existe um pensamento político brasileiro?*, São Paulo, Ática, 1994; *A república inacabada* (Fábio Konder Comparato, org.), São Paulo, Ed. Globo, 2007 (Coletânea de textos); *A democracia traída* (Maurício Dias, org.), São Paulo, Ed. Globo, 2008 (Entrevistas 1979-2002); *A república em transição: Poder e direito no cotidiano da democratização brasileira (1982-1988)* (Joaquim Falcão e Paulo Augusto Franco, org.), Rio de Janeiro, Ed. Record, 2018 (Coletânea de textos publicados na coluna semanal da Revista *Isto É*).

**Bibliografia passiva:** BARRETO, Kátia, “Um projeto civilizador: Revisitando Faoro”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, nº 36, 1995, pp.181-196; BOSI, Alfredo, “Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis”. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo vol. 18, nº 51, 2004, pp. 355-376; CAMPANTE, Rubens Goyatá, “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 1, 2003, pp. 153-193; IGLESIAS, Francisco, “Revisão de Raymundo Faoro”. *Cadernos do Departamento de*



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Ciência Política da UFMG*, Belo Horizonte, nº 3, 1976; JASMIN, Marcelo, “A viagem redonda de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*”. ROSA, João Cezar de Castro (org.), *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topboobk, 2003; OSIEL, Mark, “The dilemma of the Latin American Liberal: the case of Raymundo Faoro”. *LusoBrazilian Review*, nº 1, 1986; RESENDE, Maria José, “Raymundo Faoro e os enigmas da transição política no início da década de 1980 no Brasil”. *Revista Ciências Humanas*, EDUFSC, Florianópolis, vol. 42, nº 1 e 2, 2008, pp. 165-192; RICUPERO, Bernardo, “Raymundo Faoro”. RICUPERO, Bernardo, *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007; SCHWARTZMAN, Simon, “Atualidade de Raymundo Faoro”. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 2, 2003, pp. 207-2013; VIANNA, Luís Werneck, “Weber e a interpretação do Brasil”. SOUZA, Jessé de, *O malandro e o protestante*. Brasília: UnB, 1999.

Robson Arruda de Araujo